



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Correios

PESO (kg) **0,130** XAR MP

Recbedor

Assinatura

Documento

QB 85423870 5 BR

SEDEX

FC091737

Recebedor:

Assinatura:

Documento:

ENTREGA NO VIZINHO AUTORIZADA?

Entrega no vizinho não autorizada

DESTINATÁRIO

Vanderlei Alves Nicolau
Avenida Raja Gabaglia 1315
3º Andar
Luxemburgo
30380-435 Belo Horizonte-MG



Observação:

Remetente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA
Praça Dirceu de Oliveira Martins
01,
CENTRO
36730-000 Pirapetitinga-MG



TCMG PROTOCOLO 20/JUL/2022 14:07 0001618 MAG 02

Praça Dirceu

CNPJ: 18.092.825/0001-49 – E-mail: administracao@pirapetitinga.mg.gov.br
Tel.: (32) 3465-3100 - Fax: (32) 3465-3101

Pirapetitinga – Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Pirapetitinga, 13 de julho de 2022.

OFÍCIO/GAB / N° 226/2022

Do Município de Pirapetitinga

Luiz Henrique Pereira da Costa

Walase Lamin dos Santos

Ao Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais

Procuradora Dra. Maria Cecília Borges



0000161802 / 2022

Ref.:

PIRAPETINGA

20/07/2022 14:07

Ofício 122/2022/CAOP/MPC

Notícia de Irregularidade nº 097.2021.599

Portaria nº 11/2022/MPC/GABMC

Exma. Sra. Procuradora do Ministério Público de Contas,

Com a satisfação em cumprimentá-la, o Prefeito Municipal de Pirapetitinga, Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa e o Controlador Geral, Sr. Walase Lamin dos Santos, vem prestar as informações pertinentes à representação feita a este órgão ministerial

Cumpr registrar que se trata de representação do Sr. Leonardo Martins Brum por “supostas” irregularidades no contrato de prestação de serviço realizado entre a Prefeitura Municipal de Pirapetitinga e a Associação Municipal Microrregião Médio Rio Pomba –AMERP, que segundo o denunciante ocorreu sem licitação.

Como será narrado aqui, a presente Notícia de Irregularidade não merece prosperar.

Além disso, é importante aduzir que o Denunciante é um adversário político do atual governo. O mesmo tenta a todo custo desmoralizar a atual gestão com denúncias/representações das quais pouco tem conhecimento sobre o tema.

Na oportunidade, o mesmo já é autor de diversas outras denúncias, tanto no Ministério Público de Minas Gerais quanto nesta Corte de Contas, TODAS SEM LASTRO PROBATÓRIO.

PRAÇA DIRCEU DE OLIVEIRA MARTINS, 01.

Tel.: (32) 3465 – 3100 – FAX (32) 3465 – 3101 – CNPJ.: 18.092.825/0001-49

e-mail.: admpmp@pirapetitinga.mg.gov.br

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Feitas as primeiras considerações, vamos aos fatos.

O Município de Pirapetzinga e a Associação Municipal Microrregião Médio Rio Pomba –AMERP realmente não firmaram nenhum contrato em sentido estrito. Quanto a isso, assiste razão ao denunciante.

Na verdade, os dois órgãos firmaram **CONVÊNIO**.

A respeito do tema, Marçal Justen Filho¹ aponta as diferenças entre os convênios disciplinados no art. 116 da Lei 8.666/1993 e os contratos administrativos propriamente ditos. Vejamos:

O convênio não se confunde com as contratações administrativas em sentido estrito.

Em primeiro lugar, **o convênio é um contrato associativo, de cunho organizacional**. Isso significa que a prestação realizada por uma das partes não se destina a ser incorporada ao patrimônio da outra. As partes do convênio assumem direitos e obrigações visando a realização de um fim comum.

Diversamente se passa com a maioria dos contratos administrativos, que apresentam cunho comutativo: as partes se valem da contratação para produzir a transferência entre si da titularidade de bens e interesses.

Essa distinção se relaciona com o posicionamento recíproco entre as partes. No convênio, as partes não percebem remuneração por sua atuação e todos os recursos são aplicados no desempenho de uma atividade de relevância coletiva. Nos demais contratos administrativos, o usual é a existência de interesses contrapostos, existindo interesse lucrativo pelo menos de uma das partes (o particular).

Outra distinção reside em que os contratos administrativos comportam, usualmente, apenas duas partes. Já os convênios podem ser integrados por um número superior de partes, à semelhança do que se passa com os contratos associativos conhecidos no direito privado.

¹ Curso de direito administrativo, p.470-471, Na mesma linha, apontando que convênios não são contratos, v. também; Maria Sylvia Zanella Di Pietro, Direito administrativo, p.347; Hely Lopes Meirelles, Direito administrativo brasileiro, p. 350-351; entre outros.

Remito



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA

CEP.: 36.730-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Visto tais diferenças, desde logo verifica-se que a representação não merece prosperar, pois trata-se de convênio celebrado entre ambas as partes, estando, todos eles, em estrita conformidade com os ditames legais, conforme anexo.


Aliás, a mesma denúncia fora remetida ao crivo do ilustre representante do MPMG em nossa Comarca, ao qual apresentamos resposta e toda documentação pertinente, não tendo assistido procedência à denúncia.

Na oportunidade, externo votos de estima e consideração, e nos colocamos à inteira disposição para eventuais esclarecimentos.

LUIZ HENRIQUE
PEREIRA DA
COSTA:68068786791

Assinado de forma digital por
LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA
COSTA:68068786791
Dados: 2022.07.18 14:13:08
-03'00'

Luiz Henrique Pereira da Costa
Prefeito Municipal de Pirapetitinga


Walase Lamin dos Santos
Controlador Geral

CONVÊNIO Nº 001-2021

**TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA
MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA -
AMERP E O MUNICÍPIO DE PIRAPETNGA, PARA
OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.**

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA - AMERP, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 20.350.328/0001-45, estabelecida na Rua Edmundo Germano, nº 35, Centro, Muriaé - MG, CEP: 36.880-000, doravante denominada AMERP, neste ato representada pelo seu presidente o Sr. José Braz, Prefeito Municipal de Muriaé, e, do outro lado o MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.092.825/0001-49, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01 - Centro, Pirapetinga - MG, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, resolvem celebrar este convênio de Cooperação Técnica, devidamente autorizado pela lei 647/87, que se regerá pelas condições contidas nas cláusulas aqui descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



O presente convênio tem por objetivo estabelecer normas de mútua cooperação das partes convenientes, comparecendo o município com poio financeiro, e a Amerp, com serviços técnicos de sua "Patrulha Motomecanizada" formada por motoniveladoras, retroescavadeiras, e tratores de esteira, na forma de execução de obras públicas no Município.

PARÁGRAFO ÚNICO

Em solicitação de equipamentos não pertencentes à Patrulha Motomecanizada, a Amerp, poderá conforme estabelece o art. 25, item V do seu estatuto, atender ao município com máquinas, veículos e equipamentos terceirizados, observando a Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

Para o cumprimento do objeto do presente Termo de Cooperação a Amerp atenderá as solicitações do município através do seu Departamento de Patrulha Motomecanizada.



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PATES

Para a consecução dos objetivos consignados no presente instrumento, as partes se propõem a uma cooperação mútua que consistirá no seguinte:

I- O MUNICÍPIO se compromete a:

- a) Reembolsar os custos das horas trabalhadas pelas máquinas e equipamentos cedidos, após aprovação das partes diárias apresentadas pela Amerp, junto ao setor competente da Prefeitura.
- b) Pagamento das despesas com refeições e estadias dos operadores em número de até 02 (dois) por máquina cedida.
- c) Pagamento das despesas relativas aos combustíveis utilizados.

II- A AMERP se compromete a:

- a) A AMERP, no cumprimento das obrigações assumidas neste convênio, oferecerá ao Município serviços especializados de “Patrulha Motomecanizada”, considerando as demandas apresentadas e disponibilidade dos equipamentos no momento da solicitação.
- b) As despesas relativas à conservação, manutenção dos equipamentos e pagamento dos salários dos operadores serão de responsabilidade da AMERP.
- c) Manter os preços/horas dos equipamentos em valores abaixo dos praticados no mercado por empresas particulares.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Pelo presente instrumento fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses de vigência deste Termo de Cooperação, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, limitado a 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para atender as despesas deste convênio serão utilizados os recursos provenientes da Lei Orçamentária vigente e os recursos constantes dos próximos orçamentos anuais do Município, destinados a esta finalidade.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES



O presente convênio poderá ser modificado mediante assentimento dos convenientes, através de termos aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA

É facultado aos partícipes denunciar a qualquer tempo, este Termo de Cooperação situação em que competirá o denunciante formalizar a comunicação respectiva, com antecedência mínima de 90 dias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A denúncia do presente instrumento ocorrerá quando da constatação do não cumprimento das cláusulas estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS


Aplica-se ao presente convênio a legislação pertinente à matéria, devendo as dúvidas e omissões serem acertadas de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir dúvidas decorrentes da execução do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Muriaé, MG, renunciando a qualquer outro.

E, por assim haverem ajustado, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para único efeito legal, juntamente com as testemunhas abaixo.

Muriaé – MG, 05 de Janeiro de 2021.



José Braz
Presidente da AMERP
Prefeito Municipal de Muriaé



Luiz Henrique Pereira da Costa
Prefeito Municipal de Pirapetinga

TESTEMUNHAS:

ASSINATURA: _____

NOME: EVANDRO HASSEN FREIRE

CPF: 622.304.846-72

ASSINATURA: _____

NOME: RODRIGO FERNANDES PEREIRA

CPF: 060.540.836-00

[Handwritten mark]

CONVÊNIO Nº 002-2021

**TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA E FINANCEIRA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA E A
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA
MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA -
AMERP, PARA OS FINS QUE NELE SE
DECLARAM.**

O MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.092.825/0001-49, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01 - Centro, Pirapetinga - MG, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 680.687.867-91, CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA - AMERP, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 20.350.328/0001-45, estabelecida na Rua Edmundo Germano, nº 35, Centro, Muriaé - MG, CEP: 36.880-000, doravante denominada CONVENIADA ou AMERP, nos termos autorizados pela Lei nº 647/87, celebram o presente convênio, regido pelas condições contidas nas cláusulas aqui descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem como objeto a conjugação de esforços entre as partes em caráter associativo, visando ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, técnica e financeira do Município, através de ações conjuntas na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores sociais, econômicos, de infraestrutura e institucionais, bem como o aperfeiçoamento das ações governamentais locais e microrregionais. Estimular a conservação e a utilização racional dos recursos naturais, estudar, propor e executar medidas visando ao incremento das atividades da produção agropecuária e industrial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os participantes obrigam-se a cumprir o PLANO DE TRABALHO, especialmente elaborado e que passa a fazer parte integrante deste convênio, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução dos objetivos consignados no presente instrumento, as partes se propõem a uma cooperação mútua que consistirá:

I - O MUNICÍPIO obriga-se a:

- a) Repassar a CONVENIADA o valor de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais), em 12 (doze) parcelas de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela após a assinatura do contrato, e as demais parcelas até o dia 10 (dez) de cada mês. 10/01/2021, 10/02/2021, 10/03/2021, 10/04/2021, 10/05/2021, 10/06/2021, 10/07/2021, 10/08/2021, 10/09/2021, 10/10/2021, 10/11/2021, 10/12/2021, para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira, podendo o repasse ser antecipado total o parcialmente;
- b) O Município poderá ainda quitar o valor mensal de R\$ 11.500,00 (dez mil reais), previsto no item anterior, em parcelas decendiais, de acordo com o repasse do FPM ao município, sendo limitadas parcelas ao montante em epígrafe.
- c) Providenciar, no prazo e na forma legal, a publicação do extrato deste convênio no mural da Prefeitura Municipal de Pirapetinga.
- d) Analisar e autorizar reformulações no PLANO DE TRABALHO se for o caso, quando solicitado pela CONVENIADA, desde que a reformulação seja permitida em lei e que não implique em alteração do objeto;
- e) Receber e analisar, técnica e financeiramente, as prestações de contas apresentadas pela CONVENIADA, referente ao objeto do presente convênio;
- f) Monitorar e vistoriar a execução do objeto do presente convênio, bem como exercer as prerrogativas e fiscalização e auditoria.
- g) Avaliar a viabilidade de eventual reajuste de valor, deliberado pela Assembleia Geral da AMERP convocada para esta finalidade, considerando os valores limites fixados na lei autorizativa de filiação e a disponibilidade de saldo orçamentário e financeiro;

II – A CONVENIADA obriga-se a:

- a) Atender as solicitações do Prefeito Municipal de Pirapetinga ou de seus prepostos de serviços e reivindicações, através de seu escritório técnico em projetos de engenharia, topografia, articulação intergovernamental, desenvolvimento de projetos de interesse do município, estabelecimento de mecanismos de cooperação para a viabilização de assistência técnica operacional, consultoria técnico jurídica, administrativa, orçamentária ao Município e assessoria em atividades relacionadas à gestão pública municipal;
- b) Assumir, exclusivamente, se for o caso, a responsabilidade técnica dos serviços e obras objetos do convênio.
- c) Cumprir as normas estabelecidas na Instrução Normativa nº 009/03, de 31/12/2003, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, mantendo toda documentação devidamente ordenada e atualizada;
- d) Encaminhar, no prazo e forma estabelecido pelo Município, informações relativas à execução do objeto do presente convênio;
- e) Manter profissional habilitado a prestar informações relativas à execução do objeto do presente convênio;
- f) Prestar contas mensalmente dos recursos recebidos, até o quinto dia útil do mês subsequente ao recebimento da parcela;



- g) Manter nível de excelência na qualidade do atendimento, adotando todas as medidas determinadas pelo Município de Pirapetinga;
- h) Apresentar em conjunto com a prestação de contas, relatório circunstanciado de atividades;
- i) Realizar os pagamentos das despesas somente através de cheques nominais ou transferência bancária, não sendo admitido em nenhuma hipótese o pagamento em espécie;
- j) Assegurar os órgãos fiscalizadores as condições necessárias ao acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução e dos resultados do objeto deste convênio;
- k) Submeter-se as disposições da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002, no que for pertinente.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

São objetivos comuns do convênio promover a integração de ações e serviços visando o cumprimento do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste convênio de responsabilidade do Município de Pirapetinga correrão por conta da dotação orçamentária vigente no município.

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos referentes ao presente convênio serão depositados em conta específica mantida pela CONVENIADA em instituição financeira oficial (Banco do Brasil ou CEF).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, VISTORIA, FISCALIZAÇÃO E AUDITORIA

Fica assegurado ao MUNICÍPIO as prerrogativas de conservar a autoridade normativa do convênio, bem assim, em qualquer tempo, de exercer o monitoramento, a vistoria, a fiscalização e auditoria sobre a execução, e ainda, as de assumi-la ou cometê-la a terceiro, nos casos de paralisação ou de superveniência de fato relevante, a fim de evitar-se a descontinuidade do objeto do convênio pactuado.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONVENIADA prestará contas dos recursos recebidos, em 2 (duas) vias, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Demonstrativo financeiro da receita e da despesa;
- c) Extrato bancário completo (aplicação e conta corrente);
- d) Relatório previsto na Cláusula Terceira, inciso II, alínea “h”.



- I- A documentação física original ficará a disposição do CONVENIENTE no arquivo geral da entidade, podendo o MUNICÍPIO praticar as diligências que entender necessárias;
- II- O recebimento das prestações de contas do convênio ficará condicionado à apresentação de todos os documentos exigidos;
- III- A ausência de qualquer documento de que trata o parágrafo anterior, impossibilitará o recebimento da prestação de contas;
- IV- A entrega da prestação de contas ficará condicionada a prévio agendamento;
- V- A liberação de qualquer parcela do presente convênio ficará condicionada a aprovação da prestação de contas;
- VI- A não apresentação de contas, no prazo estipulado no convênio, ou a prestação de contas não aprovada, determinará o bloqueio da CONVENIADA, ficando a mesma impedida de receber novos recursos públicos até a completa regularização, além da adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DA GLOSA DA DESPESA

Na utilização dos recursos deste convênio, não será admitida:

- a) A realização de despesas a título de taxa ou comissão de administração, gerência ou similar;
- b) A realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do convênio;
- c) A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- d) O pagamento de juros e multa.

Parágrafo único – As despesas de que tratam os incisos destas cláusulas serão glosadas, e a CONVENIADA notificada a restituir, no prazo de 20 (vinte) dias, os valores atualizados monetariamente pelo INPC ou outro índice que venha substituí-lo, juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RETENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão retidos pelo CONVENIENTE, nas seguintes ocorrências:

- a) Quando a CONVENIADA deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO;
- b) Quando a CONVENIADA interromper ou paralisar a prestação de atendimento do objeto deste convênio;
- I- Verificado o não cumprimento dos compromissos expressos neste convênio, a CONVENIADA será notificada, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente a regularização sob pena de:
 - a) Em não regularizando, porém justificando a ocorrência, a retenção ficará a critério de parecer emitido pela interveniente;



- b) Em regularizando, intempestivamente, a reabilitação do repasse financeiro terá efeito retroativo, se aprovado pela interveniente;
- c) Em não regularizando, suspender o repasse financeiro a partir do evento e adotar as medidas administrativas e judiciais pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

A CONVENIADA obriga-se a recolher, em nome do CONVENIENTE, por meio de documento que indique o depositante, mediante cheque nominal, a restituição de eventual saldo dos recursos que tenham sido repassados para a execução deste Convênio, inclusive os rendimentos auferidos da aplicação financeira, na data de conclusão ou extinção deste convênio.

Parágrafo único – Não se consideram saldo de convênio, as provisões para pagamento de pessoal e encargos sociais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO

O convênio e o PLANO DE TRABALHO somente poderão ser aditados mediante justificativa detalhada e hábil a comprovar sua necessidade, desde que aceitas, mutuamente, pelos partícipes, dentro o prazo de vigência.


- I- É vedado o aditamento do convênio com o intuito de alterar o seu objeto, entendido como tal, a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida no correspondente PLANO DE TRABALHO, configurando mudança de objeto, mesmo que não haja alteração da classificação econômica da despesa;
- II- Excepcionalmente, quando trata apenas de alteração da execução do convênio, como prazo de execução, cronograma de desembolso, dentre outros, admitir-se-á a entidade executora, propor reformulação do PLANO DE TRABALHO, que será previamente apreciada pelo setor técnico e submetida à aprovação do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá início em 01 de janeiro de 2021 e término em 31 de dezembro de 2021. Esse instrumento poderá ser aditado conforme disposição da cláusula décima segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IRRETROATIVIDADE

É vedada a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros anteriores ou posteriores ao prazo de vigência estipulado neste Convênio, sob pena de responsabilidade, por ação ou omissão, para a prática dos atos vedados.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DENÚNCIA

As partes convenientes poderão a qualquer tempo denunciar ou rescindir este convênio, imputando-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

- I- Constitui motivo para a rescisão do convênio, independente do instrumento de sua formalização, a inadimplência de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:
 - a) Utilização dos recursos em desacordo com o PLANO DE TRABALHO;
 - b) Aplicação dos recursos no mercado financeiro, em desacordo com o pactuado no presente instrumento e da legislação em vigor;
 - c) Falta de apresentação da prestação de contas, nos prazos estabelecidos;
 - d) Obtenção dos resultados abaixo dos indicadores de desempenho, qualidade e produtividade, fixados no PLANO DE TRABALHO.
- II- Na ocorrência do disposto na alínea “c”, a autoridade competente instaurará as medidas administrativas e judiciais cabíveis.
- III- Será considerado resolvido o presente convênio, em caso de superveniência de lei, ato ou fato que o torne material ou juridicamente inexecutável ou impraticável.
- IV- Constatada quaisquer denúncias ou irregularidades referentes à execução, o convênio será baixado em diligência pelo CONVENIENTE e fixado o prazo de 10 (dez) dias a justificativas e alegações de defesa ou devolução dos recursos liberados atualizados.
- V- O presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo, no caso de interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICIDADE

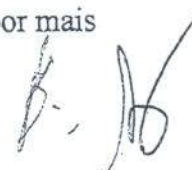
A interveniente e a CONVENIADA darão ampla divulgação as presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Aplica-se ao presente Convênio a legislação pertinente à matéria, devendo as dúvidas e omissões ser dirimidas de comum acordo pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Para dirimir dúvidas decorrentes da execução do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Muriaé – MG, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

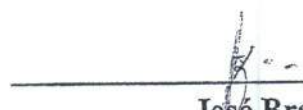


E, por assim haverem ajustado, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para único efeito legal, juntamente com as testemunhas abaixo.

Pirapetinga – MG, 05 de Janeiro de 2021.



Luiz Henrique Pereira da Costa
Prefeito Municipal de Pirapetinga



José Braz
Presidente da AMERP
Prefeito Municipal de Muriaé

TESTEMUNHAS:

ASSINATURA: _____

NOME: EVANDRO HASSEN FREIRE

CPF: 622.304.846-72


ASSINATURA: 

NOME: RODRIGO FERNANDES PEREIRA

CPF: 060.540.836-00

AMERP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA

RUA EDMUNDO GERMANO, 35 - CENTRO - CEP 36880-000 - MURIAÉ - MG - TELEFAX: (32) 3722-1064 - E-mail: amerp@amerp.com.br

	AMERP- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA.	Espaço Reservado Ano: 2021 Nº Convênio: 001-2021
PLANO DE TRABALHO		
I-CONCEDENTE:		
1- Razão Social: MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA		2- CNPJ: 18.092.825/0001-49
3- Endereço (Av, Rua, Nº, Bairro): Rua Norberto Berno, 85 – Centro		
4- Cidade: Pirapetinga-MG	5- CEP: 36.730-000	6- Telefone/ Fax (32) 3465-3100
		7- End. Eletrônico: prefeitura@pirapetinga.mg.gov.br
II- PROPONENTE:		
1- Razão Social: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO RIO POMBA - AMERP		
3- Endereço (Av, Rua, Nº, Bairro), Rua Edmundo Germano, Nº 35, Centro		
4- Cidade: Muriaé-MG	5-CEP 36.880-000	Telefone/Fax: 32-3722-1064
7- Endereço Eletrônico amerp@amerp.com.br		
8-Conta Corrente 3693-5	9- Banco: Brasil/SA	10- Agência: 0286-0
11- Praça de Pagamento Muriaé-MG		
12- Nome do responsável: José Braz		13- Presidente
14- CI/Órgão Expedidor: MG 977.830 PC/MG	15- CPF: 003.036.156-72	16- Nascimento 24/10/1925
17- Venc. Mandato: 05/01/2022		
18- Endereço Residencial: Av. Monteiro de Castro, Nº 80, Barra, Muriaé-MG		
19- Cidade: Muriaé	20- CEP: 36.884-013	21- Telefone/Fax
22- End. Eletrônico		
23- Responsável Técnico: Evandro Hassen Freire		CPF nº: 622.304.846-72
25- Outros dados: Secretário Microrregional Executivo		
26- Descrição da Instituição: A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba-Amerp, é uma entidade civil sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com atuação na microrregião do Médio Rio Pomba, composta pelos municípios de Além Paraíba, Antônio Prado de Minas, Argirita, Barão do Monte Alto, Cataguases, Estrela Dalva, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Muriaé, Miradouro, Mirai, Muriaé, Palma, Patrocínio do Muriaé, Pedra Dourada, Pirapetinga, Recreio, Rosário da Limeira, Santana de Cataguases, São Francisco do Glória, São Sebastião da Vargem Alegre, Tombos, Vieira e Volta Grande, tendo como objetivo a integração administrativa, econômica e social dos municípios associados, com a finalidade de ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, técnica e financeira, por meio das ações definidas em seu estatuto social, encontrando-se o Município de Pirapetinga, filiado conforme autorizado pela lei municipal nº 647/1987.		

27- Identificação do Objeto a ser Executado:

Constitui objeto deste convênio o repasse de contribuição a AMERP, para fins de conjugação de esforços entre as partes, visando ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, técnica e financeira do município, através de ações conjuntas na elaboração e execução de planos e programas e projetos relacionados com os setores sociais, econômicos de infra-estrutura e institucionais, estimular a conservação e a utilização racional dos recursos naturais, bem como o aperfeiçoamento das ações governamentais, local e microrregional

28- Metas a serem atingidas:

- a) Ampliação e fortalecimento da capacidade administrativa, Técnica e financeira do município.
- b) Contribuir para a manutenção, e estruturação dos meios necessários ao recolhimento e armazenamento temporário de pneus gerados na região.

III- CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

1- Programa /Título da Obra: Associativismo Municipal

2- Fundamento legal: art. 116 da lei nº 8.666/93, lei municipal 647/1987.

3- Tipo de Atendimento:

3.1. Estabelecer programas integrados de modernização administrativa do município, através do planejamento institucional e apoio na execução de trabalhos de reorganização administrativa. 3.2 estudar e sugerir a adoção de normas sobre legislação tributária e outras leis básicas municipais; 3.3 assessorar e cooperar com a Câmara Municipal de vereadores na adoção de medidas legislativas que concorram para o aperfeiçoamento da administração municipal; 3.4 estimular a conservação e a utilização racional dos recursos naturais, com o recolhimento e armazenamento de pneus gerados na região, dando destinação ambientalmente adequada; 3.5 estudar, propor e executar medidas visando o incremento das atividades da produção agropecuária e industrial; 3.6 realizar a defesa e reivindicação dos interesses da administração pública municipal; 3.7 assessorar na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com setores sociais, econômicos, de infra-estrutura, institucionais, educação, saúde pública, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, indústria, comércio e turismo, abastecimento, transporte, comunicação, energia e segurança; 3.8 promover a adoção de estímulos econômicos e de outra natureza para industrialização do município de Pirapetinga, com aproveitamento de seus recursos naturais, matérias primas e mão de obra disponível; 3.9 incentivar e promover o estabelecimento de um sistema intermunicipal de transporte e comunicação na microrregião; 3.10 elaborar um plano administrativo a partir dos planos municipais compreendendo um programa de obras, empreendimentos e serviços públicos microrregionais, visando a institucionalizar a continuidade administrativa dos municípios associados; 3.11 promover a cooperação intermunicipal e intergovernamental; 3.12 prestar serviços com o escritório técnico da Amerp, nas áreas de engenharia, topografia e arquitetura, na elaboração de projetos de

4- Período de Execução

Início: 01/01/2021

Termo: 31/12/2021

obras públicas no município; 3.13 prestar assessoria contábil e jurídica para os diversos setores da administração municipal; 3.14 realizar reuniões periódicas com os gestores municipais, na busca de soluções cooperadas para os problemas que afligirem os municípios da microrregião; 3.15 ceder maquinários ao município de Pirapetinga.		
5- Objeto: Ampliação e fortalecimento da Capacidade Administrativa, Técnica e Financeira do município.		
6- Justificativa: O presente convênio é justificado considerando os relevantes serviços prestados pela Amerp visando à ampliação e o fortalecimento da capacidade administrativa, técnica e financeira. Contribuir para a manutenção e a conservação e utilização racional de recursos naturais.		
7- Pessoas beneficiadas/Quantidade: População de Pirapetinga		
8- Descrição: Ampla abrangência.		
IV- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa, ou fase)		
1- Meta:		
2-Duração		
3. 1 Estabelecer programas integrados de modernização administrativa do município, através do planejamento institucional e apoio na execução de trabalhos de reorganização administrativa. 2 estudar e sugerir a adoção de normas sobre legislação tributária e outras leis básicas municipais; 3 assessorar e cooperar com a Câmara Municipal de vereadores na adoção de medidas legislativas que concorram para o aperfeiçoamento da administração municipal; 4 estimular a conservação e a utilização racional dos recursos naturais, com o recolhimento e armazenamento de pneus gerados na região, dando destinação ambientalmente adequada; 5 estudar, propor e executar medidas visando o incremento das atividades da produção agropecuária e industrial; 6 realizar a defesa e reivindicação dos interesses da administração pública municipal; 7 assessorar na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com setores sociais, econômicos, de infra-estrutura, institucionais, educação, saúde pública, trabalho e ação social, habitação, saneamento, agricultura, indústria, comércio e turismo, abastecimento, transporte, comunicação, energia e segurança; 8 promover a adoção de estímulos econômicos e de outra natureza para industrialização do município de Pirapetinga, com aproveitamento de seus recursos naturais, matérias primas e mão	4- Período de Execução	
	Início:	01/01/2021
	Termina:	31/12/2021

de obra disponível; 9 incentivar e promover o estabelecimento de um sistema intermunicipal de transporte e comunicação na microrregião; 10 elaborar um plano administrativo a partir dos planos municipais compreendendo um programa de obras, empreendimentos e serviços públicos microrregionais, visando a institucionalizar a continuidade administrativa dos municípios associados; 11 promover a cooperação intermunicipal e intergovernamental; 12 prestar serviços com o escritório técnico da Amerp, nas áreas de engenharia, topografia e arquitetura, na elaboração de projetos de obras públicas no município; 13 prestar assessoria contábil e jurídica para os diversos setores da administração municipal; 14 realizar reuniões periódicas com os gestores municipais, na busca de soluções cooperadas para os problemas que afligirem os municípios da microrregião; 15 ceder maquinários ao município de Pirapetinga.

V- PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

1- Demonstrativo de Recursos Solicitado ao Concedente.

Especificação:	Valor	
	Mensal	Total/Anual
Diversos: Pessoal e Encargos/Material de Consumo; outros serviços de terceiro-Pessoa Jurídica; Outros Serv. Terceiros-Pessoa Física.	R\$ 11.500,00	R\$ 138.000,00

VI- VALOR DA PROPOSTA CONTRA PARTIDA

Especificação	Aditivo	Total Convênio	%	Observação
Solicitado ao Concedente		R\$ 138.000,00	100	
Contra Partida				
Outras Fontes				
Custo Total da Proposta		R\$ 138.000,00		

VII- UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária	Tipo de Repasse	Valor Concedente	Valor Proponente
XXXXXXXXXXXXXXXXXX	Contribuição	R\$ 138.000,00	

VIII- CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

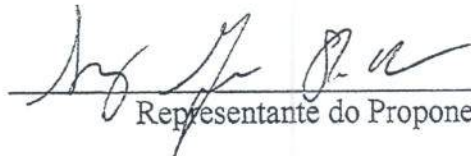
Dia	Mês	Ano	Valor	Dia	Mês	Ano	Valor
10	01	2021	R\$ 11.500,00	10	07	2021	R\$ 11.500,00
10	02	2021	R\$ 11.500,00	10	08	2021	R\$ 11.500,00
10	03	2021	R\$ 11.500,00	10	09	2021	R\$ 11.500,00
10	04	2021	R\$ 11.500,00	10	10	2021	R\$ 11.500,00
10	05	2021	R\$ 11.500,00	10	11	2021	R\$ 11.500,00
10	06	2021	R\$ 11.500,00	10	12	2021	R\$ 11.500,00

IX- DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao concedente, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o município de Pirapetinga ou qualquer outro órgão ou entidade da administração Pública e Federal, Estadual ou Municipal, que impeça a transferência de

recursos de dotações consignadas no orçamento municipal, na forma deste plano de trabalho.

Pirapetinga, 05 de janeiro de 2021.


Representante do Proponente

NE RESERVADO AO CONCEDEENTE

PARECER TÉCNICO

Título do plano de Trabalho: Associativismo Municipal.

Objeto: Ampliação e fortalecimento da capacidade Administrativa, Técnica e Financeira do Município.

Texto do parecer: O projeto contempla o repasse de recursos à Associação dos municípios da Microrregião do Médio Rio Pomba-AMERP, entidade civil sem fins lucrativos com duração indeterminada, com atuação na Microrregião do Médio Rio Pomba, para fins de conjugação de esforços entre as partes, visando ampliar e fortalecer a capacidade administrativa, técnica e financeira do município, através de ações conjuntas na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores sociais, econômicos, de infraestrutura e institucionais, bem como o aperfeiçoamento das ações governamentais local e microrregional.

A proposta apresentada possui relevante interesse público, considerando que visa o fortalecimento da administração pública.

A proposta apresentada possui relevante interesse público, considerando que visa o fortalecimento da administração pública.

Cronograma físico-financeiro: 12 meses

Valor total: R\$ 138.000,00

Atestamos que o plano de trabalho apresentado pela Amerp foi devidamente analisado, possui relevante interesse público, e que os projetos e os valores orçados, integrante do referido plano foram pesquisados e estão compatíveis com aqueles necessários a execução do objeto do convênio.

Face ao exposto, opino () FAVORAVELMENTE ou () CONTRÁRIO, a celebração do convênio, de acordo com o Plano de Trabalho.

Pirapetinga, 05/01/2021


Luiz Henrique Pereira da Costa
Prefeito Municipal de Pirapetinga

PARECER JURÍDICO

Título do Plano de Trabalho: Associativismo Municipal

Objeto: Ampliação e Fortalecimento da Capacidade Administrativa, Técnica e Financeira do Município.

Vistos, etc.,

Verifica-se que o Plano de Trabalho, requisito obrigatório para a formalização do instrumento, encontra-se revestido das formalidades exigidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, na Lei de Diretrizes Orçamentárias aplicáveis ao exercício corrente e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Face ao exposto, opino ☒ FAVORAVELMENTE ou () CONTRÁRIO, a celebração do convênio, de acordo com o Plano de Trabalho.

Pirapetinga, 05/01/2021

Procurador Jurídico

DECISÃO

Considerando o Plano de Trabalho proposto, apresenta interesse público e se reveste das formalidades legais, com fundamento no Parecer Técnico e Parecer Jurídico apresentado, APROVO o presente plano de trabalho e autorizo a celebração do convênio, desde que apresentados os seguintes documentos pelo proponente: 1 – Atos constitutivos; 2 – Cartão de CNPJ; 3 – Certidão Negativa de Débito Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS, Trabalhista, TRF1, Falência e Recuperação Judicial; 4 – Lei de Filiação do Município de Pirapetinga (se for o caso); 5 – Alvará de Funcionamento de Utilidade Pública (se for o caso); 8 – demais outros documentos que a administração pública entender pertinente.

Para fins de eficácia do convênio, determino a afixação de uma cópia no mural da Prefeitura pelo prazo de 30 (trinta) dias, e a imediata publicação na imprensa oficial do extrato do instrumento.

Cumpra-se. Certifique-se.

Pirapetinga, 05/01/2021

Luiz Henrique Pereira da Costa
Prefeito Municipal de Pirapetinga

CERTIDÃO

CERTIFICO que a cópia do presente convênio foi afixada no mural da Prefeitura em ____/____/2021.

CERTIFICO que o extrato do convênio foi encaminhado para publicação na imprensa oficial.

Pirapetinga, ____/____/2021.